

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	647.015
Preferenciais	0
Total	647.015
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	7.080.114	7.189.556
1.01	Ativo Circulante	2.135.630	2.352.902
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.306	50.611
1.01.02	Aplicações Financeiras	716.522	957.635
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	716.522	957.635
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	716.522	957.635
1.01.03	Contas a Receber	691.332	679.848
1.01.03.01	Clientes	691.332	679.848
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	691.332	679.848
1.01.04	Estoques	16.230	17.494
1.01.06	Tributos a Recuperar	269.487	277.820
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	269.487	277.820
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	387.753	369.494
1.01.08.03	Outros	387.753	369.494
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	0	38.496
1.01.08.03.02	Ativos financeiro setoriais	75.753	69.347
1.01.08.03.20	Outros créditos	312.000	261.651
1.02	Ativo Não Circulante	4.944.484	4.836.654
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.958.182	3.854.571
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	24.126	23.952
1.02.01.04	Contas a Receber	59.256	61.801
1.02.01.04.01	Consumidores e concessionárias	59.256	61.801
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.874.800	3.768.818
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	72.321	70.133
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	166.719	189.129
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	3.455.747	3.274.065
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	168.651	190.537
1.02.01.10.07	Ativos financeiros setoriais	1.503	33.870
1.02.01.10.20	Outros Créditos	9.859	11.084
1.02.02	Investimentos	640	615
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	640	615
1.02.03	Imobilizado	23.762	25.427
1.02.04	Intangível	961.900	956.041
1.02.04.01	Intangíveis	961.900	956.041
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	366.814	323.052
1.02.04.01.04	Intangíveis	595.086	632.989

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	7.080.114	7.189.556
2.01	Passivo Circulante	1.371.592	1.491.793
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	770
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	770
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	0	770
2.01.02	Fornecedores	350.787	316.094
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	350.787	316.094
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	514.358	662.447
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	346.851	499.475
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	346.851	345.222
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	154.253
2.01.04.02	Debêntures	167.507	162.972
2.01.05	Outras Obrigações	506.447	512.482
2.01.05.02	Outros	506.447	512.482
2.01.05.02.04	Contribuição de iluminação pública	39.153	40.803
2.01.05.02.05	Encargos setoriais	26.433	35.280
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	51.570	42.174
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	82.671	76.661
2.01.05.02.08	Benefício pós-emprego	2.429	2.429
2.01.05.02.09	Incorporação de redes	8.201	7.967
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	2.548	35.316
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	27.916	40.063
2.01.05.02.13	Arrendamentos operacionais	1.579	1.513
2.01.05.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	102.064	74.228
2.01.05.02.15	Impostos e contribuições sociais	128.386	104.662
2.01.05.02.20	Outros passivos	33.497	51.386
2.02	Passivo Não Circulante	4.518.513	4.530.646
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.885.009	3.876.045
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.579.348	1.626.062
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	933.340	938.682
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	646.008	687.380
2.02.01.02	Debêntures	2.305.661	2.249.983
2.02.02	Outras Obrigações	356.767	371.207
2.02.02.02	Outros	356.767	371.207
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	16.252	16.055
2.02.02.02.04	Encargos setoriais	21.630	19.361
2.02.02.02.05	Benefício pós-emprego	16.297	15.689
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	90.790	79.962
2.02.02.02.08	Fornecedores	23.332	22.912
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	77.937	93.400
2.02.02.02.10	Arrendamentos operacionais	2.336	2.577
2.02.02.02.11	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	42.121	67.554
2.02.02.02.20	Outros passivos	66.072	53.697
2.02.03	Tributos Diferidos	231.623	240.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	231.623	240.758
2.02.04	Provisões	45.114	42.636
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.114	42.636
2.02.04.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	45.114	42.636
2.03	Patrimônio Líquido	1.190.009	1.167.117
2.03.01	Capital Social Realizado	616.732	616.732
2.03.02	Reservas de Capital	121.940	121.576
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	116.944	116.944
2.03.02.07	Reservas de Capital	4.996	4.632
2.03.04	Reservas de Lucros	300.708	430.111
2.03.04.01	Reserva Legal	68.079	68.079
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	232.629	232.629
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	129.403
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	151.931	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.302	-1.302

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.211.848	1.175.341
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-811.582	-693.634
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-360.852	-330.249
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-142.132	-104.586
3.02.03	Pessoal e administradores	-28.056	-23.871
3.02.04	Benefícios pós-emprego	-884	-801
3.02.05	Material	-6.152	-4.910
3.02.06	Serviços de terceiros	-34.719	-36.332
3.02.07	Amortização e depreciação	-48.453	-42.877
3.02.08	Custo de construção	-167.648	-134.784
3.02.09	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-20.357	-12.840
3.02.20	Outros	-2.329	-2.384
3.03	Resultado Bruto	400.266	481.707
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.732	-64.358
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-62.619	-54.554
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-14.267	-12.340
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-525	-411
3.04.02.03	Material	-4.070	-3.659
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-23.270	-25.181
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-4.124	-3.936
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-5.911	-3.286
3.04.02.20	Outras	-10.452	-5.741
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.469	517
3.04.04.01	Ganho na alienação de bens e direitos	3.469	517
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.582	-10.321
3.04.05.01	Perda na alienação de bens e direitos	-6.762	-7.978
3.04.05.02	Perda na desativação de bens e direitos	-3.820	-2.343
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	330.534	417.349
3.06	Resultado Financeiro	-105.272	-82.445
3.06.01	Receitas Financeiras	48.710	42.691
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	27.021	18.285
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	15.530	15.408
3.06.01.05	Atualização de depósitos judiciais	345	203
3.06.01.06	Atualização financeira de ativos setoriais	-1.813	-1.330
3.06.01.07	Ajuste a valor presente	892	3.401
3.06.01.08	Tributos s/ receita financeira	-2.332	-1.915
3.06.01.09	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	2.678	4.307
3.06.01.20	Outras receitas financeiras	6.389	4.332
3.06.02	Despesas Financeiras	-153.982	-125.136
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-98.041	-82.439
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	17.604	-42.353
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	1.778	1.526

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.06.02.04	Marcação a mercado da dívida	-30.822	29.166
3.06.02.05	Juros/ Multa	-22	-247
3.06.02.06	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-69.580	13.711
3.06.02.07	Marcação a mercado derivativos	34.374	-30.693
3.06.02.08	Atualização financeira de passivos setoriais	-5.759	-1.122
3.06.02.10	Atualizações de contingências	-1.067	-697
3.06.02.11	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	-2.528	-4.090
3.06.02.20	Outras despesas financeiras	81	-7.898
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	225.262	334.904
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-73.331	-110.640
3.08.01	Corrente	-82.466	-85.582
3.08.02	Diferido	9.135	-25.058
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	151.931	224.264
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	151.931	224.264
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	234,82	346,62
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	234,82	346,62

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	151.931	224.264
4.03	Resultado Abrangente do Período	151.931	224.264

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	295.820	277.468
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	369.192	462.283
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	151.931	224.264
6.01.01.02	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	62.740	108.320
6.01.01.03	Amortização e depreciação	52.577	46.813
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social	73.331	110.640
6.01.01.06	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	20.357	12.840
6.01.01.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.911	3.286
6.01.01.09	Marcação a mercado derivativos	-34.374	30.693
6.01.01.10	Marcação a mercado da dívida	30.822	-29.166
6.01.01.11	Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-67.340	-39.389
6.01.01.12	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	3.293	7.978
6.01.01.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	69.580	-13.711
6.01.01.14	Programa de remuneração variável - ILP	364	-285
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-73.372	-184.815
6.01.02.01	(Aumento) de Consumidores e concessionárias	-28.484	-83.429
6.01.02.02	(Diminuição) de estoques	1.264	385
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	9.787	-4.131
6.01.02.05	(Aumento) de cauções, depósitos vinculados e judiciais	-1.843	-3.321
6.01.02.08	(Aumento) de outros créditos a receber	-72.228	-25.415
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de fornecedores	37.746	-15.300
6.01.02.10	(Diminuição) de Folha de Pagamento	-770	-36
6.01.02.11	Aumento de impostos e contribuições sociais	29.227	23.123
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-58.262	-79.225
6.01.02.13	Aumento de obrigações estimadas	9.396	7.406
6.01.02.14	Aumento de Obrigações Intrasetoriais	16.811	7.129
6.01.02.15	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-3.551	-7.517
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-4.500	-3.766
6.01.02.19	(Diminuição) de outras contas a pagar	-7.965	-718
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	93.505	-324.404
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	267.960	-188.767
6.02.02	Aplicações no intangível e imobilizado	-177.924	-136.154
6.02.03	Alienação de bens do imobilizado e intangível	3.469	517
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-385.630	40.867
6.03.03	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	0	390.100
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-155.198	-239.844
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-107.161	-85.150
6.03.06	Recebimento (Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	11.520	-17.428
6.03.07	Pagamento de dividendos	-129.403	0
6.03.08	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-3.100	-1.078

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.03.09	Pagamento de incorporação de redes	-2.288	-5.733
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.695	-6.069
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.611	84.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.306	78.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	616.732	121.576	430.111	0	-1.302	1.167.117
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	616.732	121.576	430.111	0	-1.302	1.167.117
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	364	-129.403	0	0	-129.039
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	364	0	0	0	364
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-129.403	0	0	-129.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	151.931	0	151.931
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	151.931	0	151.931
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	616.732	121.940	300.708	151.931	-1.302	1.190.009

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	616.732	121.419	393.547	0	-10.443	1.121.255
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	616.732	121.419	393.547	0	-10.443	1.121.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-285	-167.805	0	0	-168.090
5.04.08	Programa de remuneração variável - ILP	0	-285	0	0	0	-285
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	-167.805	0	0	-167.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	224.264	0	224.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	224.264	0	224.264
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	616.732	121.134	225.742	224.264	-10.443	1.177.429

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	1.675.620	1.684.718
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.523.082	1.560.731
7.01.02	Outras Receitas	3.469	517
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	169.426	136.310
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-20.357	-12.840
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-817.201	-703.676
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-552.859	-477.701
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-70.172	-72.318
7.02.04	Outros	-194.170	-153.657
7.03	Valor Adicionado Bruto	858.419	981.042
7.04	Retenções	-52.577	-46.813
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.577	-46.813
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	805.842	934.229
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.042	44.606
7.06.02	Receitas Financeiras	51.042	44.606
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	856.884	978.835
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	856.884	978.835
7.08.01	Pessoal	35.218	29.776
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.459	10.414
7.08.01.02	Benefícios	16.307	16.412
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.452	2.950
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	513.946	597.725
7.08.02.01	Federais	294.691	366.909
7.08.02.02	Estaduais	218.285	229.735
7.08.02.03	Municipais	970	1.081
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	155.789	127.070
7.08.03.01	Juros	155.760	126.662
7.08.03.02	Aluguéis	29	408
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	151.931	224.264
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	151.931	224.264

Comentário do Desempenho

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 1º. TRIMESTRE DE 2025

Campo Grande, 08 de maio de 2025 – A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso do Sul”, “EMS” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T25) de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadores de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões			
Receita operacional líquida	1.211,8	1.175,3	+ 3,1
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	1.044,2	1.040,6	+ 0,4
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	473,9	566,3	- 16,3
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	315,8	424,8	- 25,7
Resultado financeiro	(105,3)	(82,4)	+ 27,7
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	107,5	198,3	- 45,8
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de consumidores cativos (mil)	1.153,0	1.132,9	+ 1,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	1.170,6	1.212,3	- 3,4
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.694,3	1.685,2	+ 0,5
Indicador Relativo			
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida (%)	26,1	36,1	- 10,1 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões			
	31/03/2025	31/12/2024	Var. %
Ativo total	7.080,1	7.189,6	- 1,5
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	795,0	1.032,2	- 23,0
Patrimônio líquido	1.190,0	1.167,1	+ 2,0
Endividamento líquido	3.407,6	3.334,4	+ 2,2

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção. | (2) Margem bruta ajustada: Margem bruta expurgando o efeito do VNR. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Comentário do Desempenho

3. RECEITA OPERACIONAL

No 1T25, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou crescimento de 0,4% (R\$ 3,6 milhões), totalizando R\$ 1.044,2 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.118,6	1.226,0	- 8,8
✓ Residencial	627,5	655,0	- 4,2
✓ Industrial	40,8	56,8	- 28,1
✓ Comercial	186,0	228,8	- 18,7
✓ Rural	142,1	150,6	- 5,6
✓ Outras classes	122,2	134,8	- 9,3
(+) Suprimento de energia elétrica	22,9	0,5	+ 4.827,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	(22,3)	44,9	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	163,9	147,9	+ 10,8
(+) Receita de construção de infraestrutura	167,6	134,8	+ 24,4
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	7,0	(0,5)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	153,4	96,7	+ 58,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	67,3	39,4	+ 71,0
(+) Outras receitas	12,2	5,8	+ 110,5
(=) Receita operacional bruta	1.690,7	1.695,5	- 0,3
(-) Impostos sobre vendas	332,4	348,6	- 4,7
(-) Encargos setoriais	146,5	171,6	- 14,6
(=) Receita operacional líquida	1.211,8	1.175,3	+ 3,1
(-) Receita de construção de infraestrutura	167,6	134,8	+ 24,4
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	1.044,2	1.040,6	+ 0,4

3.1. Margem bruta

No 1T25, a margem bruta ajustada foi de R\$ 473,9 milhões, uma redução de 16,3% em comparação ao 1T24.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	4T24	4T23	Var. %
Receita operacional líquida	1.211,8	1.175,3	+ 3,1
(-) Custo de construção de infraestrutura	167,6	134,8	+ 24,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	67,3	39,4	+ 71,0
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura e VNR)	976,9	1.001,2	- 2,4
(-) Custos e despesas não controláveis	503,0	434,8	+ 15,7
Energia elétrica comprada para revenda	360,9	330,2	+ 9,3
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	142,1	104,6	+ 35,9
(=) Margem bruta ajustada	473,9	566,3	- 16,3

Comentário do Desempenho

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 8,8% no 1T25, reflexo da queda de consumo de 3,4% e pelo efeito médio negativo de 5,3% referente ao reajuste tarifário, que homologou uma redução média de 1,61% em 2024. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções;
- (ii) Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 10,8%, foi motivado pela migração de clientes para o mercado livre;
- (iii) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 58,6% (+R\$ 56,7 milhões) se refere, principalmente, ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 35,3 milhões e de fontes incentivadas no montante total de R\$ 35,1 milhões.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.694 GWh, crescimento de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A alta só não foi maior porque o 1T24, o mercado havia registrado a maior alta em 21 anos (12,6%).

O resultado da Companhia foi direcionado pela classe residencial (+3,0%), direcionada principalmente pelas temperaturas elevadas, com 64% dos dias acima da média. A industrial foi a segunda principal contribuição, com alta de (+3,7%), diante de novas cargas e aumento de consumo de clientes livres, com destaque para a produção de minerais, alimentos, bebidas e metalurgia. Vale ainda mencionar o desempenho da classe rural (+2,4%), direcionada pelos clientes ligados à irrigação e avicultura. Por sua vez, a comercial registrou recuo de 6,1% - a base elevada de comparação limitou o resultado da classe.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
Residencial	668,9	649,4	+ 3,0
Comercial	173,3	207,2	- 16,3
Industrial	34,2	48,8	- 29,9
Rural	148,3	147,4	+ 0,6
Outros	145,8	159,5	- 8,6
1 Mercado Cativo	1.170,6	1.212,3	- 3,4
Residencial	-	-	-
Comercial	103,9	88,2	+ 17,7
Industrial	382,1	352,6	+ 8,4
Rural	8,1	5,3	+ 51,0
Outros	29,6	26,8	+ 10,4
2 Mercado (TUSD)	523,7	473,0	+ 10,7
Residencial	668,9	649,4	+ 3,0
Comercial	277,2	295,4	- 6,1
Industrial	416,4	401,4	+ 3,7
Rural	156,4	152,7	+ 2,4
Outros	175,4	186,3	- 5,9
Mercado (1+2)	1.694,3	1.685,2	+ 0,5
Fornecimento não Faturado	(20,6)	28,4	-
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	1.673,7	1.713,6	- 2,3

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 1.153.021 unidades consumidoras cativas, número 1,8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 881 consumidores livres, apresentando um crescimento de 62,2%.

Comentário do Desempenho

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – [Clique aqui](#).

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A EMS encerrou o primeiro trimestre do ano de 2025 com um índice de perda total de 11,42%, registrando um aumento de 0,26 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e uma redução de 0,30 ponto percentual em comparação ao mesmo período do ano passado.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses									ANEEL	
Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas Totais (%)				
mar/24	dez/24	mar/25	mar/24	dez/24	mar/25	mar/24	dez/24	mar/25		
8,10	8,01	7,62	3,62	3,15	3,80	11,72	11,16	11,42	12,37	

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar25	mar/24	Variação em p.p.
1,32	0,90	+ 0,42

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar/25	mar/24	Variação em p. p.
97,13	97,09	+ 0,04

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
mar/25	mar/24	Var.(%)	mar/25	mar/24	Var.(%)		
9,28	9,32	- 0,4	4,45	4,10	+ 8,5	9,92	6,43 

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A EMS já está cumprindo os percentuais previstos pelo regulador.

Comentário do Desempenho

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 713,7 milhões no 1T25, aumento de 14,5% (R\$ 90,5 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2024.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	503,0	434,8	+ 15,7
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	360,9	330,2	+ 9,3
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	142,1	104,6	+ 35,9
2 Custos e despesas controláveis	151,0	131,8	+ 14,6
2.1 PMSO	124,7	115,6	+ 7,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	43,7	37,4	+ 16,9
2.1.2 Material	10,2	8,6	+ 19,3
2.1.3 Serviços de terceiros	58,0	61,5	- 5,7
2.1.4 Outras	12,8	8,1	+ 57,3
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,2	2,4	- 93,0
✓ Outros	12,6	5,7	+ 120,8
2.2 Provisões/Reversões	26,3	16,1	+ 62,9
2.2.1 Contingências	5,9	3,3	+ 79,9
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	20,4	12,8	+ 58,5
3 Demais receitas/despesas	59,7	56,6	+ 5,4
3.1 Amortização e depreciação	52,6	46,8	+ 12,3
3.2 Outras receitas/despesas	7,1	9,8	- 27,4
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	713,7	623,2	+ 14,5
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	167,6	134,8	+ 24,4
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	881,3	758,0	+ 16,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 43,7 milhões, aumento de 16,9% (R\$ 6,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) + R\$ 0,7 milhão na rubrica de remuneração e encargos, reflexo dos acordos coletivos e reajustes (+R\$ 0,9 milhão) e aumento de quadro de empregados 3% maior em média (R\$ 0,9 milhão), compensados em parte pelo menor custo de rescisão (R\$ 0,8 milhão) e horas extras (R\$ 0,4 milhão);
- (ii) + R\$ 3,5 milhões menor com capitalização de despesas de pessoal.

✓ Despesas com materiais

No trimestre, as despesas com materiais atingiram R\$ 10,2 milhões, aumento de 19,3% (R\$ 1,7 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 1,6 milhão com despesas de manutenção de redes e equipamentos;

✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas serviços de terceiros atingiram R\$ 58,0 milhões, redução de 5,7% (R\$ 3,5 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, explicado pelos principais fatores:

- (i) - R\$ 5,0 milhões nas despesas de manutenção corretiva e preventiva, com relevância na poda e limpeza de faixa de servidão;
- (ii) - R\$ 0,8 milhão devido à menor capitalização no período;
- (iii) - R\$ 0,7 milhão com agente arrecadador;

Comentário do Desempenho

- (iv) - R\$ 0,7 milhão com despesas de TI;
- (v) - R\$ 0,5 milhão com despesas de consultoria, assessoria e auditoria;
- (vi) + R\$ 3,2 milhões com despesas proteção à receita e atendimento aos clientes.

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 12,8 milhões, aumento de 57,3% (+ R\$ 4,7 milhões), explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 5,2 milhões com despesas patrocínio e doações;

Contingências

No 1T25, a rubrica de provisões/reversões para contingências impactou o resultado em R\$ 5,9 milhões, crescimento de R\$ 2,6 milhões, dos quais R\$ 2,3 milhões em função de maiores indenizações e provisões nas causas cíveis.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

O PPECLD alcançou R\$ 20,4 milhões, aumento de R\$ 7,5 milhões na comparação com o 1T24. Informações adicionais, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Demais receitas/despesas

No trimestre, as demais receitas/despesas atingiram R\$ 7,1 milhões, redução de 27,5% (R\$ 2,7 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, principalmente em função de maiores receitas na desativação de bens.

5. LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

No trimestre, o lucro líquido atingiu R\$ 151,9 milhões, apresentando uma queda de 32,3% em comparação com o mesmo período do ano passado. Considerando a exclusão do impacto do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente seria de R\$ 107,5 milhões, representando uma redução de R\$ 90,8 milhões (-45,8%) frente ao trimestre anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T25	1T24 (*)	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	151,9	224,3	- 32,3	(72,3)
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(44,4)	(26,0)	+ 71,0	(18,4)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	107,5	198,3	- 45,8	(90,8)

(*) Os valores referentes ao 1T24 não consideram o ajuste de Provisão PLR (R\$ 3,6 milhões) uma vez que este efeito é recorrente no 1T25.

O EBITDA totalizou R\$ 383,1 milhões no trimestre, redução de 17,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Excluindo o impacto do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 315,8 milhões, R\$ 109,0 milhões (- 25,7%) menor que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T25	1T24 (*)	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	383,1	464,2	- 17,5	(81,1)
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(67,3)	(39,4)	+ 71,0	(28,0)
(=) EBITDA ajustado recorrente	315,8	424,8	- 25,7	(109,0)

(*) Os valores referentes ao 1T24 não consideram o ajuste de Provisão PLR (R\$ 5,5 milhões) uma vez que este efeito é recorrente no 1T25.

Comentário do Desempenho

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 1.030,4 milhões em março de 2025, em linha com os R\$ 1.203,3 milhões registrados em dezembro de 2024. Os saldos incluem créditos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e da Conta de Compensação de Valores da Parcela A (CVA), que alcançaram R\$ 235,5 milhões no período, ante R\$ 171,1 milhões apurados em dezembro de 2024.

Em 31 de março de 2025, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 3.407,6 milhões, contra R\$ 3.334,4 milhões em dezembro de 2024, registrando crescimento do indicador dívida líquida / EBITDA ajustado para 2,6x.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

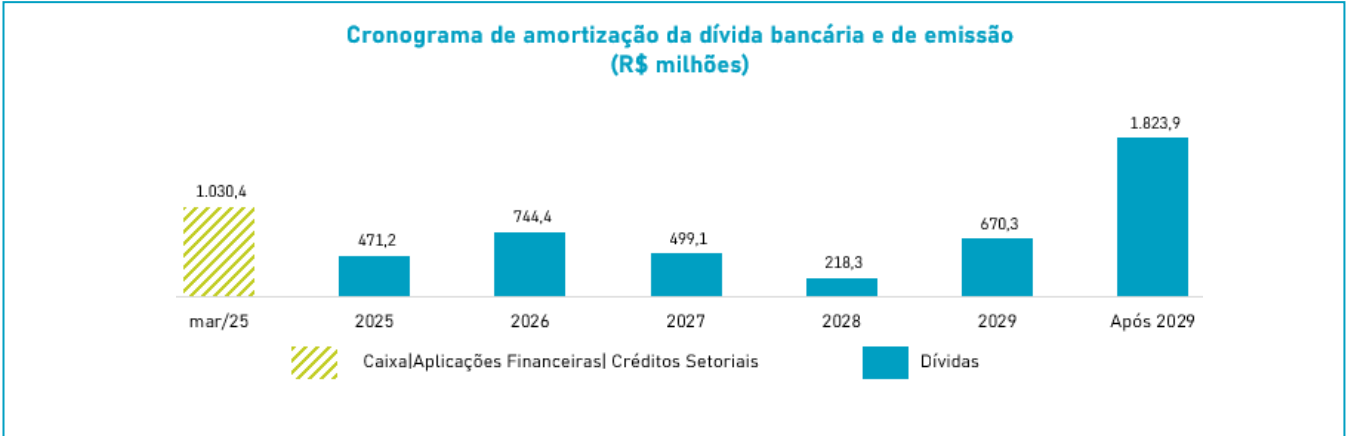
Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2025	31/12/2024	30/09/2024
Circulante	627,4	743,1	1.081,8
Empréstimos e financiamentos	346,9	499,5	671,6
Debêntures	167,5	163,0	342,6
Encargos de dívidas	27,9	40,1	31,0
Benefícios pós-emprego	2,4	2,4	3,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	82,7	38,2	33,3
Não Circulante	3.810,6	3.794,6	3.309,1
Empréstimos e financiamentos	1.579,3	1.626,1	1.510,6
Debêntures	2.305,7	2.250,0	1.871,1
Benefícios pós-emprego	16,3	15,7	27,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(90,7)	(97,1)	(100,0)
Total das dívidas	4.438,0	4.537,7	4.391,0
(-) Disponibilidades financeiras	795,0	1.032,2	1.087,5
✓ Caixa e equivalentes de caixa	54,3	50,6	49,4
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	740,6	981,6	1.038,0
Total das dívidas líquidas	3.643,0	3.505,5	3.303,5
(-) Créditos CDE	251,5	183,2	134,3
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(16,1)	(12,1)	8,6
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.407,6	3.334,4	3.160,6
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾	2,6	2,4	2,1

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado covenants = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Comentário do Desempenho

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de março de 2025, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T25	1T24	Var. %
Ativo Elétrico	164,7	139,6	+ 18,0
Obrigações Especiais (*)	9,4	19,8	- 52,4
Ativo não Elétrico	3,2	3,0	+ 4,4
Total dos Investimentos	177,3	162,4	+ 9,2

(*) As “Obrigações especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

8.1 Reajuste tarifário

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.441, de 08 de abril de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 08 de abril de 2025, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 1,33%.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o** **período findo em 31 de março de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 28 de agosto de 1981. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”) e possui sede na cidade de Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul. Sua área de concessão abrange 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 1.155.389 consumidores em 74 municípios.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a concessão para a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 03 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder concedente.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

Notas Explicativas

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder concedente – Ministério de Minas e Energia – MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual-infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13 e 24, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras trimestrais e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024”), publicadas na imprensa oficial em 18 de março de 2025.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de maio de 2025.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não estão em vigor

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Normas	Descrição
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas informações financeiras trimestrais.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, mas ainda não vigentes, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

3. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras trimestrais.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1. Caixa e equivalente de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	54.306	50.611
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	54.306	50.611

4.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, LFT, Notas do Tesouro Nacional (NTNF, NTNB), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2025 equivale a 97,9% do CDI (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	31/03/2025	31/12/2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	238	385
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	11.726	81.052
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	11.981	16.591
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	434	659
Compromissadas	79.756	160.519
Fundo Multimercado	49.016	39.757
Fundo de Renda Fixa	471.340	434.838
Letra financeira do Tesouro (LFT)	3	93.065
Letra financeira (LF)	67.466	97.838
Nota de Crédito (NC)	1.291	2.112
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	23.271	30.819
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) ⁽³⁾	24.126	23.952
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	740.648	981.587
Circulante	716.522	957.635
Não circulante	24.126	23.952

(1) Fundos de investimentos – inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -219,1% a 112,1% (97,1% a 316,0% em 31 de dezembro de 2024) e média ponderada -151,4% do CDI (123,6% em 31 de dezembro de 2024).

(2) Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) são remuneradas a 102,5% (103,9% em 31 de dezembro de 2024) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 102,0% (93,3% em 31 de dezembro de 2024) do CDI Fundo Energia Futuro e 101,6% (106,1% em 31 de dezembro de 2024) do CDI Fundo Zona da Mata.

(3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste – FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.

Notas Explicativas

(4) Inclui R\$27.069 (R\$95.795 em 31 de dezembro de 2024) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos e outros, conforme segue:

Recursos vinculados	31/03/2025	31/12/2024
Bloqueios judiciais	2.705	2.628
Fundo de investimento em direitos creditórios – FIDC	24.126	23.952
Programa Luz para todos	-	68.830
Outros	238	385
Total	27.069	95.795

5. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2025	31/12/2024
Valores correntes:									
Residencial	131.476	-	98.880	15.135	4.288	4.389	(26.666)	227.502	206.121
Industrial	18.063	-	4.743	657	872	4.419	(4.428)	24.326	21.656
Comercial	38.429	-	17.271	3.099	2.405	5.788	(9.329)	57.663	54.873
Rural	23.543	-	11.240	3.047	5.152	1.807	(1.914)	42.875	40.964
Poder público	24.645	-	1.594	5	26	49	(49)	26.270	27.364
Iluminação pública	10.074	-	4	1	-	126	(126)	10.079	11.139
Serviço público	10.577	-	122	1	3	1	(1)	10.703	10.145
Fornecimento não faturado	215.555	-	-	-	-	-	(1.260)	214.295	236.050
Arrecadação Processo Classificação	(635)	-	-	-	-	-	-	(635)	(647)
Valores renegociados:									
Residencial	10.999	43.158	7.845	4.096	5.437	31.928	(57.678)	45.785	47.235
Industrial	593	1.975	411	217	426	2.532	(4.325)	1.829	1.997
Comercial	4.415	56.192	2.843	981	1.519	8.592	(15.631)	58.911	62.866
Rural	1.659	12.085	1.006	645	850	2.413	(11.168)	7.490	8.157
Poder público	27	4.911	30	-	-	34	(34)	4.968	5.202
Iluminação pública	50	716	-	-	-	7	(7)	766	87
Serviço público	48	370	9	-	-	224	(227)	424	440
(-) Ajuste valor Presente ⁽¹⁾	(397)	(28.949)	-	-	-	-	-	(29.346)	(30.158)
Subtotal -consumidor	489.121	90.458	145.998	27.884	20.978	62.309	(132.843)	703.905	703.491
Suprimento Energia ⁽²⁾	34.262	-	-	-	-	1.010	-	35.272	23.011
Outros ⁽³⁾	11.230	-	-	-	-	1.437	(1.256)	11.411	15.147
Total	534.613	90.458	145.998	27.884	20.978	64.756	(134.099)	750.588	741.649
Circulante								691.332	679.848
Não circulante								59.256	61.801

(1) **Ajuste a Valor Presente** - calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 – circulante e não circulante	126.689	115.238
Provisões liquidas constituídas no período/exercício	20.357	58.081
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(10.752)	(46.630)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 – circulante e não circulante	136.294	126.689
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	134.099	124.420
Outros créditos (vide nota explicativa nº 9)	2.195	2.269

Notas Explicativas

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Composição do saldo da CCEE	31/03/2025	31/12/2024
Créditos a vencer	34.262	22.001
Créditos vinculados a liminares ^(*)	1.010	1.010
Subtotal créditos CCEE	35.272	23.011
(-) Aquisições de Energia na CCEE ^(**)	(65.908)	(17.037)
(-) Encargos de serviços de sistema ^(**)	(1.249)	(4.777)
Total débitos CCEE	(31.885)	1.197

(*) **Créditos vinculados a liminares** – os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(**) Nota explicativa nº 16.

(3) **Outros** – Inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores.

6. Tributos a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	88.838	84.994
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	139.966	152.091
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSSL	49.414	50.698
Contribuições ao PIS e à COFINS	20.916	16.988
Exclusão do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽²⁾	132.629	157.788
Outros	4.443	4.390
Total	436.206	466.949
Circulante	269.487	277.820
Não circulante	166.719	189.129

(1) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$ 414.777 em 2021, oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$ 210.683 (R\$ 208.005 em 31 de dezembro de 2024). Contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado ao longo do período.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil – RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$ 492.831 (R\$464.994 em 31 de dezembro de 2024).

7. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

7.1. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 02 de abril de 2024 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.316 e Nota Técnica nº 41/2024-STR/ANEEL, homologou o resultado do reajuste da Companhia, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -1,61%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 08 de abril de 2024.

7.2. Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

7.3. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	31/03/2025	31/12/2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

7.4. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Notas Explicativas

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho N° 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Os valores reconhecidos no período findo em 31 de março de 2025, contabilizados na atualização financeira devedora, foi de R\$1.347 (R\$1.327 em 31 de março de 2024), registrado no resultado financeiro.

7.5. Prorrogação das concessões

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, possibilitando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo prazo final dos contratos se extinguem entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão, objetivando a modernização das redes de distribuição e o melhor atendimento à sociedade. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu consulta pública visando obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Em 27 de fevereiro de 2025, foi publicada a decisão da ANEEL aprovando a minuta do termo aditivo, encaminhado para apreciação do Ministério de Minas e Energia. Após esta apreciação e definição dos termos dos contratos, as concessionárias tiveram 30 dias para apresentar para a ANEEL e Ministério de Minas e Energia os requerimentos das prorrogações.

A Companhia protocolou, em 28 de março de 2025, o pedido de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.068/2024.

Vencimento atual	Novo vencimento
04/12/2027	04/12/2057

A partir da data do protocolo, a ANEEL tem o prazo até o dia 28 de maio de 2025 para analisar os pedidos sob a ótica do atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira e recomendar ao Poder Concedente a prorrogação das concessões. Na sequência, o MME terá o prazo de 30 dias (até 28 junho de 2025) para emitir o Ato de Prorrogação e convocar a distribuidora para a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o que deverá ocorrer em no máximo 60 dias.

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

	31/03/2025			31/12/2024		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	-	75.753	75.753	-	69.347	69.347
Não Circulante	-	1.503	1.503	-	33.870	33.870
	-	77.256	77.256	-	103.217	103.217
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	2.548	-	2.548	35.316	-	35.316
Não Circulante	-	90.790	90.790	-	79.962	79.962
	2.548	90.790	93.338	35.316	79.962	115.278
Saldo líquido dos ativos e passivos	(2.548)	(13.534)	(16.082)	(35.316)	23.255	(12.061)

Notas Explicativas

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2024	Receita Operacional		Remuneração	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 31/03/2025
		Adição	Amortização		Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	42.905	(10.609)	14.332	177	-	-	46.805
Transporte de energia elétrica - Rede básica	43.151	1.997	(14.025)	179	-	-	31.302
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(756)	4.174	549	117	-	-	4.084
Encargo de serviços de sistema ESS	22.930	6.312	(8.036)	71	-	-	21.277
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(25.102)	6.019	39	71	-	-	(18.973)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	2.721	(1.894)	(2.698)	(6)	-	-	(1.877)
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(22.479)	22.474	-	-	-	-	(5)
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	(22.734)	(17.081)	9.732	(570)	-	-	(30.653)
Sobrecontratação de energia	104.898	12.382	(21.314)	961	(3.481)	-	93.446
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(79.962)	(8.379)	-	(2.449)	-	-	(90.790)
CUSD	(309)	1.674	(539)	(13)	-	-	813
Exposição de submercados	(738)	(243)	48	(8)	-	-	(941)
Garantias financeiras	1.082	135	(174)	30	-	-	1.073
Saldo a compensar	(1.094)	(2.092)	(1.013)	(85)	-	-	(4.284)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(76.574)	(43.914)	59.176	(6.047)	-	-	(67.359)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(12.061)	(29.045)	36.077	(7.572)	(3.481)	-	(16.082)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2023	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 31/12/2024
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(74.045)	53.627	63.261	62	-	-	-	42.905
Transporte de energia elétrica - Rede básica	63.108	31.093	(53.043)	1.993	-	-	-	43.151
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(903)	(2.044)	2.252	(61)	-	-	-	(756)
Encargo de serviços de sistema ESS	1.367	17.575	7.892	1.273	-	(5.177)	-	22.930
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.647	(25.644)	(7.992)	(1.113)	-	-	-	(25.102)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	10.709	800	(8.957)	169	-	-	-	2.721
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(22.479)	-	-	-	-	-	(22.479)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(13.261)	(35.503)	29.260	(3.230)	-	-	-	(22.734)
Sobrecontratação de energia	170.784	39.275	(110.550)	5.389	-	-	-	104.898
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(49.673)	(34.952)	10.598	(5.935)	-	-	-	(79.962)
CUSD	1.630	(156)	(1.805)	22	-	-	-	(309)
Exposição de submercados	(215)	(688)	205	(40)	-	-	-	(738)
Garantias financeiras	749	953	(676)	56	-	-	-	1.082
Saldo a compensar	8.261	2.222	(11.624)	47	-	-	-	(1.094)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(64.486)	(151.921)	258.706	(10.276)	(104.623)	-	(3.974)	(76.574)
Saldo líquido dos ativos e passivos	63.672	(127.842)	177.527	(11.644)	(104.623)	(5.177)	(3.974)	(12.061)

(1) **Bandeiras tarifárias CCRBT** - desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2025, foram de R\$3.481 (R\$12.485 recebidos e R\$7.308 repassados em 31 de dezembro de 2024);

(2) **Devoluções tarifárias** - refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP) iniciado em novembro de 2022, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 6º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (6CRTP);

Notas Explicativas

(3) **Outros itens financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Spread da Conta Escassez Hídrica - REN 1.008/2022 - no processo tarifário de 2024 da distribuidora, houve o reconhecimento do financeiro Spread da Conta de Escassez Hídrica. O Art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022-ANEEL dispõe sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios nas operações de créditos da Conta Escassez Hídrica por distribuidoras de energia elétrica. O cálculo resultou em um valor de R\$13.243, tendo sido contabilizado no período findo em 31 de março de 2025 o valor de R\$3.310 (R\$ 9.674 em 31 de dezembro de 2024).

Crédito do PIS e COFINS - conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores. Esses valores estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício. O valor homologado em abril de 2024 foi de R\$104.623.

(3.1) **Recebimentos/pagamentos**

Reversão Efeito Decreto nº10.665/2021 e DSP nº417/2022 - Reversão Bônus Itaipu - o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se à formação do ativo regulatório decorrente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBpar. Trata-se de uma reversão do diferimento negativo que foi considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Esse valor pago pelos consumidores no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$15.498 irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

Repasse - CDE Modicidade Eletrobrás - refere-se a valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024 a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. O montante recebido em abril de 2024 foi de R\$19.472.

9. Outros créditos

	31/03/2025	31/12/2024
Subvenção baixa renda ⁽¹⁾	15.442	15.830
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	236.097	167.356
Bônus - Reembolso Fundo CDE	410	410
Adiantamentos a empregados	5.865	6.040
Adiantamentos a fornecedores	444	668
Dispêndios a reembolsar	996	996
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	18.436	28.303
Outras ordens em curso	6.478	8.445
Despesas pagas antecipadamente ⁽³⁾	9.328	9.946
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽⁴⁾	5.504	5.585
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	(1.414)	(1.445)
Fundos Patronais dos planos de Previdência ⁽⁵⁾	9.693	10.867
Créditos a receber de terceiros e alienação de bens e direitos ⁽⁶⁾	8.244	13.156
Outros créditos a receber	6.336	6.578
Total	321.859	272.735
Circulante	312.000	261.651
Não circulante	9.859	11.084

(1) **Subvenção Baixa Renda** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões de fevereiro e março de 2025, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção Baixa Renda	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 - circulante	15.830	16.100
Subvenção	23.615	96.559
Ressarcimentos	(24.003)	(96.829)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 - circulante	15.442	15.830

Notas Explicativas

(2) **Subvenção CDE - Descontos Tarifários** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 - circulante	167.356	29.080
Subvenção	129.794	371.794
Ressarcimentos	(61.053)	(233.518)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 - circulante	236.097	167.356

- (3) Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- (4) **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.
- (5) **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo Previdenciário Patronal** - constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora. Em 31 de março de 2025 o saldo remanescente é de R\$9.693 (R\$10.867 em 31 de dezembro de 2024).
- (6) **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a uso mútuo de poste, inclui R\$2.195 (R\$2.269 em 31 de dezembro de 2024) de provisão para perdas e venda de sucatas.

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A (64,01% do capital total), que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (91,48% do capital total).

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços Contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽⁷⁾	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (Despesa)	Debêntures - despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar debêntures	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S.A. ^(1 e 2)	(12.996)	(3.376)	-	(16.151)	(9.821)	(515.335)	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	-	227	(3.188)	-	74	-	(308)
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	-	1.276	(618)	-	485	-	(53)
Multi Energisa Serviços S/A ⁽⁴⁾	(3.519)	-	-	-	(2.298)	-	-
Energisa Soluções S/A ⁽⁵⁾	(733)	-	-	-	(198)	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	669	-	-	244	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	177	-	-	54	-	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(333)	-	-	(115)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	212	-	-	74	-	-

Notas Explicativas

	Serviços Contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽⁷⁾	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (Despesa)	Debêntures – despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar debêntures	Saldo a pagar – Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A	-	(2.239)	-	-	(686)	-	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	-	511	-	-	170	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(70)	-	-	(21)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽⁶⁾	-	9	(89)	-	3	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽⁶⁾	-	12	(71)	-	5	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽⁶⁾	-	11	(78)	-	4	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	-	21	(177)	-	8	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	-	9	(38)	-	3	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ⁽⁶⁾	-	-	(2)	-	-	-	-
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	-	1	(5)	-	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	-	17	(272)	-	-	-	(32)
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	-	31	(318)	-	11	-	(37)
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	-	40	(98)	-	15	-	(12)
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A	-	3	-	-	1	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A	-	3	-	-	1	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo – Es Gás	-	13	-	-	5	-	-
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽⁸⁾	-	-	-	(10.147)	-	(310.265)	-
Voltz Capital S/A ⁽⁹⁾	12	-	-	-	8	-	-
31/03/2025	(17.236)	(2.776)	(4.954)	(26.298)	(11.974)	(825.600)	(442)
31/12/2024	-	-	-	-	(12.453)	(805.838)	(421)
31/03/2024	(16.070)	(2.269)	(4.526)	(17.538)	-	-	-

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares – contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$132.887, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽²⁾ **Debêntures** – a Companhia efetuou a 9ª, 15ª, 20ª e 22ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 31 de março de 2025 o valor atualizado é de R\$ 515.335 (R\$505.720 em 31 de dezembro de 2024).

⁽³⁾ **Contratos relacionados ao setor elétrico**: a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CUSD – Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

Notas Explicativas

- (4) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em fevereiro/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (5) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;
- Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.
- (6) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025.
- (7) Contrato de compartilhamento: em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.
- (8) Debêntures - a Companhia efetuou a 19ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa Participações Minoritárias S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 31 de março de 2025 o valor atualizado é de R\$310.265 (R\$300.188 em 31 de dezembro de 2024).
- (9) Serviços de arrecadação de valores relativos a Produtos/Serviços de Parceiros e Parcelas de Dívidas na fatura de energia elétrica.

Remuneração dos administradores

	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração Anual ⁽¹⁾	7.454	7.514
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	110	99
Remuneração da Diretoria	652	624
Outros benefícios ⁽²⁾	686	268

- (1) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado para o período de 2025 na AGO/E de 25 de abril de 2024.
- (2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março de 2025, foram de R\$64 e R\$3 (R\$74 e R\$3 em 31 de março de 2024) respectivamente. A remuneração média em 31 de março de 2025 foi de R\$31 (R\$22 em 31 de março de 2024).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (ii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026 (iii) e o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes) e o segundo Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2027.

Notas Explicativas

O 5º Programa é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e o 7º Programa de Performance Shares são associadas as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e o 7º Programa de Restricted Shares (Matching) são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit, adicionadas das units extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações Extraordinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações Matching 2024 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (units) outorgadas	26.212	14.366	14.366	15.402	15.402	7.825	938
Opções de ações (units) prescritas	3.036	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024
Data de início vesting	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	N/A	N/A	10,97%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1J2025	N/A	-	N/A	DI1J2027	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	N/A	N/A	27,28%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	R\$46,79	R\$48,56	R\$46,79	R\$45,71
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para período.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2025, foram reconhecidos R\$364 (R\$285 em 31 de março de 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas – Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado ao final de 31 de março de 2025 é de R3.345 (R\$2.981 em 31 de dezembro de 2024).

11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	83.050	81.916
Contribuição social sobre o lucro líquido	29.897	29.490
Total ativo não circulante	112.947	111.406
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(253.360)	(258.944)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(91.210)	(93.220)
Total passivo não circulante	(344.570)	(352.164)
Total líquido – ativo (passivo) não circulante	(231.623)	(240.758)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa – PPECLD	136.294	46.340	126.689	43.075
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	52.677	17.910	55.868	18.995
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório	45.114	15.339	42.636	14.496
Créditos fiscais – ágio	29.606	10.066	32.297	10.981
Ajuste a valor presente	29.346	9.978	30.158	10.254
Provisão ajuste atuarial	18.296	6.221	17.689	6.014
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(851.853)	(289.630)	(787.365)	(267.704)
Marcação a mercado – dívida	(101.103)	(34.375)	(131.925)	(44.855)
IRPJ e CSLL sobre Encargos Capitalizados	(13.967)	(4.749)	(12.593)	(4.282)
Marcação a mercado – derivativos	(8.043)	(2.735)	(58.972)	(20.050)
Outras adições (exclusões) temporárias	(17.611)	(5.988)	(22.594)	(7.682)
Total líquido – passivo não circulante	(681.244)	(231.623)	(708.112)	(240.758)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2025	8.795
2026	11.262
2027	12.758
2028	10.292
2029	9.140
2030 a 2032	33.344
Após 2032	27.356
Total	112.947

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	225.262	334.904
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(76.589)	(113.867)
Ajustes:		
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	562	788
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(1.423)	(135)
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	2.612	1.008
Crédito referente a juros Selic sobre indêbitos tributários ⁽³⁾	646	-
Outros	861	1.566
Imposto de renda e contribuição social	(73.331)	(110.640)
Alíquota efetiva	32,55%	33,04%

- (1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.
- (2) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.
- (3) Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indêbitos tributários.

A Companhia até o ano-calendário de 2023 optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indêbitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, no ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal (Ativo).

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, em dezembro de 2024, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indêbitos tributários (relativos ao período de 2021 a 2023) caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$67.340 (R\$39.389 em 31 de março de 2024).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Ativo financeiro valor justo	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	3.274.065	2.659.695
Adições no período/exercício ⁽¹⁾	119.785	496.517
Baixas no período/exercício	(5.443)	(20.719)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	67.340	138.572
Saldo final	3.455.747	3.274.065

- (1) Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

Notas Explicativas

(2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

13. Ativo contratual – infraestrutura em construção

	Saldos em 31/12/2024	Adição	Transferências			Saldos em 31/03/2025
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	373.301	188.821	(16.426)	(120.632)	(171)	424.893
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	50.249	10.637	(1.960)	(847)	-	58.079
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	323.052	178.184	(14.466)	(119.785)	(171)	366.814

	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferências			Saldos em 31/12/2024
			Intangível – contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	289.709	746.689	(103.960)	(569.487)	10.350	373.301
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	35.729	112.709	(25.219)	(72.970)	-	50.249
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	253.980	633.980	(78.741)	(496.517)	10.350	323.052

(1) O montante de R\$14.466 (R\$78.741 em 31 de dezembro de 2024) foi transferido para o intangível contrato de concessão, enquanto o montante de R\$171 (R\$ 10.350 em 31 de dezembro de 2024), foi reclassificado do imobilizado.

(2) O montante de R\$119.785 (R\$496.517 em 31 de dezembro de 2024) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

14. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 31/12/2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação	Saldos em 31/03/2025
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	4.562	-	394	-	4.956
Máquinas e Equipamentos	12,84%	60.068	-	835	-	60.903
Veículos	14,29%	2.141	-	-	-	2.141
Móveis e utensílios	6,25%	8.201	-	-	-	8.201
Total do imobilizado em serviço		74.972	-	1.229	-	76.201
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(298)	-	-	(41)	(339)
Máquinas e Equipamentos		(45.985)	-	-	(691)	(46.676)
Veículos		(231)	-	-	(76)	(307)
Móveis e utensílios		(6.356)	-	-	(52)	(6.408)
Total Depreciação acumulada		(52.870)	-	-	(860)	(53.730)
Subtotal Imobilizado		22.102	-	1.229	(860)	22.471
Imobilizado em curso		3.325	(976)	(1.058)	-	1.291
Total do Imobilizado		25.427	(976)	171	(860)	23.762

Notas Explicativas

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	4.147	-	415	-	-	4.562
Máquinas e Equipamentos	13,13%	56.082	-	3.986	-	-	60.068
Veículos	14,29%	810	-	1.477	(146)	-	2.141
Móveis e utensílios	6,25%	7.953	-	248	-	-	8.201
Total do imobilizado em serviço		68.992	-	6.126	(146)	-	74.972
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(150)	-	-	-	(148)	(298)
Máquinas e Equipamentos		(43.019)	-	-	-	(2.966)	(45.985)
Veículos		(100)	-	-	69	(200)	(231)
Móveis e utensílios		(6.149)	-	-	-	(207)	(6.356)
Total Depreciação acumulada		(49.418)	-	-	69	(3.521)	(52.870)
Subtotal Imobilizado		19.574	-	6.126	(77)	(3.521)	22.102
Imobilizado em curso		2.016	17.927	(16.618)	-	-	3.325
Total do Imobilizado		21.590	17.927	(10.492)	(77)	(3.521)	25.427

(1) O montante de R\$ 171 (R\$10.492 negativo em 31 de dezembro de 2024) refere-se a transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

15. Intangível

	31/03/2025	31/12/2024
Intangível – contrato de concessão	538.936	576.170
Intangível – direito de uso	3.520	3.466
Intangível – software	52.630	53.353
Total	595.086	632.989

15.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2024	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/03/2025
Intangível Em Serviço						
Custo	4,54%	3.079.988	16.426	(9.422)	-	3.086.992
Amortização Acumulada		(2.415.330)	-	8.021	(58.629)	(2.465.938)
Subtotal		664.658	16.426	(1.401)	(58.629)	621.054
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	4,19%	851.584	1.960	-	-	853.544
Amortização Acumulada		(763.096)	-	-	(8.330)	(771.426)
Subtotal		88.488	1.960	-	(8.330)	82.118
Total do Intangível – contrato de concessão		576.170	14.466	(1.401)	(50.299)	538.936

Notas Explicativas

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2023	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2024
Intangível Em Serviço						
Custo	4,57%	3.027.033	103.960	(51.005)	-	3.079.988
Amortização Acumulada		(2.233.116)	(3.605)	43.030	(221.639)	(2.415.330)
Subtotal		793.917	100.355	(7.975)	(221.639)	664.658
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	4,18%	833.235	25.219	(6.870)	-	851.584
Amortização Acumulada		(720.734)	(3.605)	-	(38.757)	(763.096)
Subtotal		112.501	21.614	(6.870)	(38.757)	88.488
Total do Intangível - contrato de concessão		681.416	78.741	(1.105)	(182.882)	576.170

⁽¹⁾ O montante de R\$14.466 (R\$78.741 em 31 de dezembro de 2024), foi transferido para o ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ O montante de R\$1.401 (R\$1.105 em 31 de dezembro de 2024), referem-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

⁽³⁾ A companhia reconheceu no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$1.807 (R\$6.598 em 31 de dezembro de 2024) e o montante de (R\$9) referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

Obrigações vinculadas à concessão

Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	422.763	412.126
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	802.848	802.848
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	62.753	62.753
(-) Amortização acumulada	(771.426)	(763.096)
Total	516.938	514.631
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	376.741	375.894
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	58.079	50.249
Intangível - contrato de concessão	82.118	88.488
Total	516.938	514.631

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

⁽²⁾ Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos.

Notas Explicativas

15.2. Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2024	Adição	Baixas	Amortização/Depreciação	Saldos em 31/03/2025
Intangível – direito de uso – Imóveis						
Custo	9,97%	13.508	543	(327)	-	13.724
Amortização Acumulada		(10.042)	-	179	(341)	(10.204)
Total do Intangível – direito de uso		3.466	543	(148)	(341)	3.520

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Intangível – direito de uso – Imóveis					
Custo	12,24%	9.888	3.620	-	13.508
Amortização Acumulada		(8.389)	-	(1.653)	(10.042)
Total do Intangível – direito de uso		1.499	3.620	(1.653)	3.466

15.3. Intangível – software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2024	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 31/03/2025
Intangível – software						
Custo	20,00%	163.505	-		4.112	167.617
Amortização Acumulada		(128.635)	-		-	(131.510)
Em curso		18.483	2.152		(4.112)	16.523
Total do Intangível –		53.353	2.152		(2.875)	52.630

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Intangível – software						
Custo	20,00%	160.541	-		2.964	163.505
Amortização Acumulada		(116.810)	-		-	(128.635)
Em curso		1.761	19.544		(2.822)	18.483
Total do Intangível –		45.492	19.544		142	53.353

(1) O montante de R\$142 em 31 de dezembro de 2024, refere-se a transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

16. Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	164.627	170.260
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	65.908	17.037
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	1.280	1.407
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	32.365	28.013
Encargos de Serviço de Sistema - ESS ⁽³⁾	1.249	4.777
Encargo de conexão ⁽¹⁾	9.157	8.937
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	99.533	108.575
Total	374.119	339.006
Circulante	350.787	316.094
Não circulante	23.332	22.912

Notas Explicativas

- (1) **Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão** - referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, aos custos de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE** - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;
- (3) **Encargos de Serviços de Sistema – ESS** - os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No período findo em 31 de março de 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao do período anterior, de novembro e dezembro de 2024, devido a melhora do cenário hidrológico do sistema;
- (4) **Materiais, serviços e outros** - referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2025
Mensuradas ao custo amortizado						
Moeda Nacional						
IPCA	397.741	(6.226)	(5.377)	11.246	-	397.384
CDI	626.086	(3.703)	(29.246)	19.770	-	612.907
TR	291.730	-	(6.035)	6.137	-	291.832
(-) Custo com captação	(2.900)	-	-	324	-	(2.576)
Total do custo amortizado	1.312.657	(9.929)	(40.658)	37.477	-	1.299.547
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	788.942	(75.558)	(13.123)	(46.692)	-	653.569
Euro	72.825	(69.711)	(321)	(2.793)	-	-
Marcação a mercado	(8.824)	-	-	-	9.823	999
Total ao valor justo	852.943	(145.269)	(13.444)	(49.485)	9.823	654.568
Total	2.165.600	(155.198)	(54.102)	(12.008)	9.823	1.954.115
Circulante	539.538					374.767
Não circulante	1.626.062					1.579.348

	Saldos em 31/12/2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2024
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
IPCA	261.558	144.000	(24.220)	(18.671)	35.074	-	-	397.741
CDI	848.803	53.200	(254.581)	(116.997)	95.661	-	-	626.086
TR	291.607	-	-	(21.993)	22.116	-	-	291.730
(-) Custos com captação	(3.415)	-	-	-	2.225	(1.710)	-	(2.900)
Total ao custo amortizado	1.398.553	197.200	(278.801)	(157.661)	155.076	(1.710)	-	1.312.657
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	572.329	617.428	(547.892)	(33.620)	180.697	-	-	788.942
Euro	60.559	-	-	(1.294)	13.560	-	-	72.825
Marcação a mercado	(1.554)	-	-	-	-	-	(7.270)	(8.824)
Total ao valor justo	631.334	617.428	(547.892)	(34.914)	194.257	-	(7.270)	852.943
Total	2.029.887	814.628	(826.693)	(192.575)	349.333	(1.710)	(7.270)	2.165.600
Circulante	366.525							539.538
Não circulante	1.663.362							1.626.062

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortização do principal	(Taxa efetiv a de juros) (% a.a.) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) ⁽²⁾	Garanti as ⁽³⁾	Covenan ts ⁽⁴⁾
	31/03/2025	31/12/2024								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	291.832	291.730	TR + 7.00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	2,12 %	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	146.031	149.731	CDI + 0.70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	3,16 %	-	R	NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	65.037	70.275	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	3,99 %	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	181.793	179.142	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02%	dez/34	Mensal a partir de nov/27	3,99 %	2,99%	A + R	2
1ª Nota comercial 1ª série	205.822	211.396	CDI + 1.40%	-	jul/25	Final	3,34 %	-	A	2
1ª Nota comercial 2ª série	205.886	211.545	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	3,38 %	-	A	2
BNDES - 23.2.0329-1	150.554	148.324	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	4,50 %	-	FB	2
3ª Nota comercial Série Única	55.168	53.414	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	3,29 %	-	A	2
(-) Custo com captação	(2.576)	(2.900)								
Total em Moeda Nacional	1.299.547	1.312.657								
Loan Citi - 4131 ⁽⁵⁾	-	72.825	EURO + 1.60%	CDI + 1,60%	mar/25	Final	4,08 %	3,39%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24032023 ⁽⁵⁾	-	82.149	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	4,32 %	3,38%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65873 ⁽⁵⁾	275.212	292.332	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	2,20 %	3,30%	A	2
BAML - LOAN 4131 ⁽⁵⁾	211.975	232.259	USD + 5.34%	CDI + 1,25%	jun/26	Final	4,24 %	3,30%	A	2
Scotiabank Loan 4131 ⁽⁵⁾	166.382	182.202	USD + 5.03%	CDI 1,40%	ago/27	Final	4,32 %	3,34%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁶⁾	999	(8.824)								
Total em Moeda Estrangeira	654.568	852.943								
Total EMS	1.954.115	2.165.600								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 28. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento da demonstração do fluxo de caixa;

(2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no período demonstrados na nota explicativa nº 28.

(3) A=Aval Energisa S/A e R= Recebíveis.

(4) Condições de covenants – o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras trimestrais e consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 28). Em 31 de março de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

(5) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (nota explicativa nº 28 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos);

(6) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 28);

Notas Explicativas

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$24.126 (R\$23.952 em 31 de dezembro de 2024), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo, conforme nota explicativa nº 4.2.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2025	31/12/2024
US\$ x R\$	-7,27%	27,90%
CDI	2,99%	10,88%
IPCA	2,80%	4,83%
TR	0,41%	0,81%
Euro x R\$	-3,68%	20,27%
SOFR	4,33%	5,31%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados

	31/03/2025
2026	352.603
2027	412.765
2028	194.043
2029	68.002
Após 2029	551.935
Total	1.579.348

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2025
Mensuradas ao custo amortizado – pós fixados						
CDI	913.119	(24.519)	29.725	-	-	918.325
IPCA	1.664.959	(28.540)	61.145	-	-	1.697.564
(-) Custo com captação	(42.022)	-	1.575	(172)	-	(40.619)
Marcação a mercado	(123.101)	-	-	-	20.999	(102.102)
Total do custo amortizado	2.412.955	(53.059)	92.445	(172)	20.999	2.473.168
Circulante	162.972					167.507
Não circulante	2.249.983					2.305.661

	Saldos em 31/12/2023	Captação	Pagament o de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2024
Mensuradas ao custo amortizado – pós fixados								
CDI	841.711	440.455	(356.490)	(107.024)	94.467	-	-	913.119
IPCA	808.720	850.000	(73.669)	(61.975)	141.883	-	-	1.664.959
(-) Custo com captação	(17.293)	-	-	-	5.303	(30.032)	-	(42.022)
Marcação a mercado	32.628	-	-	-	-	-	(155.729)	(123.101)
Total do custo amortizado	1.665.766	1.290.455	(430.159)	(168.999)	241.653	(30.032)	(155.729)	2.412.955
Circulante	273.031							162.972
Não circulante	1.392.735							2.249.983

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissã o	Nº de Títulos Emitidos / circulaç ão	Rendime ntos (% a.a.)	Encar gos Swap Ponta Passiv a (% a.a.)	Vencim ento	Amortizaç ão do principal	Taxa efeti va de juros (% a.a.) (1)	Encarg os Swap Ponta Passiva (% a.a.) (2)	Garantia s ⁽³⁾	Covenan ts ⁽⁴⁾
	31/03/2025	31/12/2024										
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	5.681	5.479	15/10/ 2017	3733 / 3733	IPCA + 5.11%	103,50 % CDI	out/27	Final	4,05 %	3,09%	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão	73.812	72.956	15/09/ 2018	155000 / 155000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	4,05 %	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	6.599	6.807	25/08/ 2020	139471 / 139471	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	3,56 %	-	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	11.741	11.333	11/10/ 2020	8590 / 8590	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	3,84 %	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	90.865	87.660	11/10/ 2020	66410 / 66410	IPCA + 4.47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	3,90 %	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão	398.285	383.297	15/10/ 2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,85%	out/31	Anual a partir de out/29	4,29 %	3,20%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	151.958	156.541	22/08/ 2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de out/26	3,39 %	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão	310.265	300.118	04/07/ 2023	250.000 / 250.000	CDI + 1.60%	-	jul/26	Final	3,39 %	-	A	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	29.547	29.523	13/09/ 2023	27.569 / 27.569	IPCA + 6.17%	-	set/30	Final	4,31 %	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	184.824	184.798	13/09/ 2023	172.431 / 172.431	IPCA + 6.45%	-	set/33	Final	4,38 %	-	SG	NA
Debêntures 21ª Emissão	429.513	425.967	07/02/ 2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,72%	fev/31	Final	4,29 %	3,17%	A	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	86.462	83.908	15/04/ 2024	80.820 / 80.820	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Final	4,31 %	-	SG	NA
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	106.215	103.019	15/04/ 2024	99.180 / 99.180	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Final	4,36 %	-	SG	NA
Debêntures 23ª Emissão	252.881	259.097	04/09/ 2024	250.455 / 250.455	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	3,19 %	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão	280.619	277.019	15/09/ 2024	270.000 / 270.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04%	set/34	Final	4,56 %	3,00%	A	2
Debêntures 25ª Emissão	196.622	190.556	15/12/ 2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	3,19 %	-	A	2
(-) Custos de captação Marcação à Mercado de Dívida	(40.619)	(42.022)										
	(102.102)	(123.101)										
Total	2.473.168	2.412.955										

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 28.

(2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no período e demonstrados na nota explicativa nº 28.

(3) A=Aval Energisa S/A e SG=Sem Garantia.

(4) Condições de covenants.

Notas Explicativas

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	⁽¹⁾ Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento, para emissões até 2019 ⁽²⁾ Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento, para as demais emissões	Trimestral e Anual

^(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de março de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2025
2026	320.804
2027	86.334
2028	24.218
2029	602.299
Após 2029	1.272.006
Total	2.305.661

19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	62.509	59.468
Encargos sociais	13.914	13.028
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	24.331	14.119
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	9.632	4.336
Contribuição ao PIS e a COFINS	27.570	21.182
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	4.230	5.658
Imposto sobre serviços – ISS	2.427	2.902
Outros	25	24
Total	144.638	120.717
Circulante	128.386	104.662
Não circulante	16.252	16.055

20. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente o a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Notas Explicativas

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em 11 de março de 2022 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região decisão favorável ao processo da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu em 2021 o montante de R\$516.106, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referidos, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A Aneel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

A remuneração da antecipação será definida pela Aneel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. O resumo dos impactos são como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldos em 31/12/2024 e 31/12/2023	141.782	235.600
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	2.528	11.285
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(125)	(480)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos Consumidores ⁽¹⁾	-	(104.623)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024	144.185	141.782
Total Circulante	102.064	74.228
Total Não Circulante	42.121	67.554

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 8.

Notas Explicativas

21. Encargos setoriais e incorporação de redes

21.1. Encargos setoriais

	31/03/2025	31/12/2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.350	2.350
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	1.355	1.338
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	677	669
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	2.396	1.415
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	25.368	27.222
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	15.917	21.647
Total	48.063	54.641
Circulante	26.433	35.280
Não circulante	21.630	19.361

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa Outros créditos - ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

21.2. Incorporação de redes

Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Os saldos de incorporação de rede são atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e incidência de juros, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2025	31/12/2024
SalDOS em 31/12/2024 e 31/12/2023 - circulante	7.967	9.848
Adição	2.291	10.375
Atualização monetária e juros	231	2.501
Pagamentos	(2.288)	(14.757)
SalDOS em 31/03/2025 e 31/12/2024 - circulante	8.201	7.967

Notas Explicativas

22. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria, trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental.

22.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024 e 31/12/2023 – não circulante	9.720	32.853	63	42.636	48.547
Provisões e reversões líquidas	541	5.370	-	5.911	21.778
Pagamentos realizados	(503)	(3.997)	-	(4.500)	(27.266)
Atualização monetária	312	753	2	1.067	(423)
Saldo em 31/03/2025 e 31/12/2024 – não circulante	10.070	34.979	65	45.114	42.636

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$72.321 (R\$70.133 em 31 de dezembro de 2024), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais (reintegração, plano de saúde, sobreaviso, doença ocupacional) propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento e (viii) ações de regresso.

Fiscal

Ação de natureza tributária envolve discussões sobre questões previdenciárias.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

22.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Notas Explicativas

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	Ambiental	31/03/2025	31/12/2024
Saldos em 31/12/2024 e 31/12/2023	23.733	363.127	66.019	2.592	498	455.969	415.192
Novos processos	-	7	-	-	-	7	675
Mudança de prognósticos e valor pedido	(130)	(1.278)	-	-	33	(1.375)	23.361
Encerramento de processos	(290)	(1.198)	-	-	-	(1.488)	(7.552)
Atualização monetária	690	7.093	1.951	77	11	9.822	24.293
Saldos em 31/03/2025 e 31/12/2024	24.003	367.751	67.970	2.669	542	462.935	455.969

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Principais processos

Processo	Tipo	Objeto	31/03/2025	31/12/2024
00651268720144013800	Ação Coletiva	Por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalcule das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder concedente.	239.166	234.552
00081923720034036000	Ação Civil Pública	Por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação do reajuste tarifário autorizado pela resolução homologatória e 2003.	84.544	82.913

Fiscal

Ações de natureza tributária envolvendo basicamente discussões sobre: (i) o creditamento do PIS e da COFINS em razão do tratamento contábil e fiscal utilizado pela empresa em atendimento à revisão tarifária imposta pela ANEEL; (ii) CSLL; (iii) recolhimento ISS; (iv) Saldo negativo de IRPJ e (v) ICMS.

Ambiental

Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

Notas Explicativas

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$616.732 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 647.015 (647.015 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

23.2. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2025, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2024, no montante de R\$129.403, equivalentes a R\$200,00 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 25 de março de 2025, com base na posição acionária da Companhia em 20 de fevereiro de 2025.

24. Receita operacional

	31/03/2025			31/03/2024		
	Nº de consumidores (1)	MWh (1)	R\$	Nº de consumidores (1)	MWh (1)	R\$
Residencial	980.947	592.156	627.549	952.787	627.241	655.046
Industrial	6.174	32.692	40.798	6.748	48.077	56.775
Comercial	75.222	154.641	185.963	79.995	198.350	228.841
Rural	77.722	137.531	142.117	79.817	143.376	150.568
Poder público	9.711	66.907	67.989	9.242	74.685	74.845
Iluminação pública	2.329	48.496	29.357	3.079	50.703	31.136
Serviço público	1.544	27.157	24.836	1.528	31.613	28.783
Consumo próprio	228	2.026	-	223	2.001	-
Subtotal	1.153.877	1.061.606	1.118.609	1.133.419	1.176.046	1.225.994
Suprimento de energia a concessionárias	-	10.850	22.912	-	11.876	465
Fornecimento não faturado líquido	-	(20.589)	(22.322)	-	28.428	44.948
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	1.512	-	163.945	810	-	147.948
Receita de construção da infraestrutura (2)	-	-	167.648	-	-	134.784
Penalidades regulatórias	-	-	(6.361)	-	-	(9.056)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	67.340	-	-	39.389
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	7.032	-	-	(492)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	153.409	-	-	96.705
Outras receitas operacionais	-	-	18.518	-	-	14.830
Total - receita operacional bruta	1.155.389	1.051.867	1.690.730	1.134.229	1.216.350	1.695.515
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	218.106	-	-	229.630
PIS	-	-	20.379	-	-	21.217
COFINS	-	-	93.866	-	-	97.728
ISS	-	-	26	-	-	26
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	3.864	-	-	3.985
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	966	-	-	996
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	135.019	-	-	159.840
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.932	-	-	1.992
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.932	-	-	1.992
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	966	-	-	996
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.826	-	-	1.772
Total - deduções receita operacional	-	-	478.882	-	-	520.174
Total - receita operacional líquida	1.155.389	1.051.867	1.211.848	1.134.229	1.216.350	1.175.341

(1) Informação não revisada pelos auditores independentes.

(2) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

25. Energia elétrica comprada para revenda

	MWH ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Energia de Itaipú - Binacional	227.977	237.094	52.604	46.704
Energia de Leilão ⁽²⁾	725.916	790.976	206.942	190.445
Energia Bilateral	51.293	51.898	17.973	17.505
Cotas de Angra	46.211	47.057	13.034	16.030
Energia de curto prazo - CCEE ⁽³⁾	11.553	103.130	54.083	37.327
Cotas Garantia Física	210.260	244.611	34.911	40.085
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	22.214	24.368	18.480	14.306
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(37.175)	(32.153)
Total	1.295.424	1.499.134	360.852	330.249

⁽¹⁾ Não revisado pelos auditores independentes.

⁽²⁾ Em 31 de março de 2025 inclui o valor de R\$12.212 de créditos relacionados a geração distribuída.

⁽³⁾ Inclui demais custos, sendo os efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

26. Outros Resultados

	31/03/2025	31/03/2024
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	3.469	517
	3.469	517
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(6.762)	(7.978)
Outras	(3.820)	(2.343)
	(10.582)	(10.321)
Total	(7.113)	(9.804)

27. Lucro por ação

Cálculo de lucro por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	31/03/2025	31/03/2024
Numerador		
Lucro líquido do período	151.931	224.264
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	647	647
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária ⁽¹⁾	234,82	346,62

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

Notas Explicativas

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no período foram de R\$67.340 (R\$39.389 em 31 de março de 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		54.306	54.306	50.611	50.611
Consumidores e concessionárias		750.588	750.588	741.649	741.649
Ativos financeiros setoriais		77.256	77.256	103.217	103.217
		882.150	882.150	895.477	895.477
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	740.648	740.648	981.587	981.587
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	3.455.747	3.455.747	3.274.065	3.274.065
Instrumentos financeiros derivativos	2	168.651	168.651	229.033	229.033
		4.365.046	4.365.046	4.484.685	4.484.685

PASSIVO	Nível	31/03/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		374.119	374.119	339.006	339.006
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		3.772.715	3.772.715	3.725.612	3.725.612
Arrendamentos operacionais		3.915	3.915	4.090	4.090
Passivos financeiros setoriais		93.338	93.338	115.278	115.278
		4.244.087	4.244.087	4.183.986	4.183.986
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	160.608	160.608	170.061	170.061
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		654.568	665.977	852.943	866.304
		815.176	826.585	1.023.004	1.036.365

Categoria dos Instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*". Em 31 de março de 2025 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Notas Explicativas

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado no período em R\$20.999 (R\$27.935 em 31 de março de 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de março de 2025, o valor contábil das dívidas designadas como "*Fair Value Option*" foi impactado em R\$9.823 devedor (R\$1.231 em 31 de março de 2024) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Gerenciamento dos Riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Dívida ⁽¹⁾	4.427.283	4.578.555
Caixa e equivalentes de caixa	(54.306)	(50.611)
Dívida líquida	4.372.977	4.527.944
Patrimônio líquido	1.190.009	1.167.117
Índice de endividamento líquido	3,67	3,88

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e 18.

Notas Explicativas

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		350.787	-	-	-	23.332	374.119
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,92%	571.086	166.491	3.684.407	1.061.094	1.152.785	6.635.863
Instrumentos Financeiros Derivativos		37.863	44.808	(37.492)	(31.703)	(21.519)	(8.043)
Total		959.736	211.299	3.646.915	1.029.391	1.154.598	7.001.939

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras trimestrais, são como segue:

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	54.306	50.611
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	740.648	981.587
Consumidores e concessionárias	5	750.588	741.649
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	3.455.747	3.274.065
Ativos financeiros setoriais	8	77.256	103.217
Instrumentos financeiros derivativos	28	168.651	229.033

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

Para os contratos suscetíveis a variações ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou no período findo em 31 de março de 2025 com redução de 7,27% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$ 5,7422 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2025 era de 9,24%, enquanto 31 de dezembro de 2024 foi de 14,51%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$4.470.478 (R\$4.623.477 em 31 de dezembro de 2024), R\$654.568 (R\$852.943 em 31 de dezembro de 2024) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 17 e nº 18.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

No período, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante	-	38.496
Ativo não circulante	168.651	190.537
Total do ativo	168.651	229.033
Passivo circulante	82.671	76.661
Passivo não circulante	77.937	93.400
Total do passivo	160.608	170.061

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar e ao euro, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
	(moeda estrangeira)	Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Bank of America	36.495	USD + 6,2824%	CDI + 1,25%	24/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução NCE - Citibank	47.089	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
J.P. Morgan	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge
XP	376.267	IPCA + 6,1076%	CDI +0,72%	17/02/2031	Fair Value Hedge
ABC Brasil	263.008	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2025	31/12/2024		31/03/2025	31/12/2024
Dívida designada para “Fair Value	617.428	751.442	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(654.410)	(852.893)
Posição Ativa					
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	654.410	852.893
Posição Passiva					
Swap Cambial	617.428	751.442	Taxa de Juros CDI	(634.979)	(770.932)
			Posição Líquida Swap	19.431	81.961
			Posição Líquida Dívida + Swap	(634.979)	(770.932)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como *hedge* de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2025	31/12/2024		31/03/2025	31/12/2024
Dívida (Objeto de Hedge)	1.111.509	1.190.925	Taxa Pré-Fixada	(1.010.899)	(1.045.132)
Posição Ativa					
			Taxa Pré-Fixada	1.188.290	1.227.116
Posição Passiva					
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	1.111.509	1.190.925	Taxa de Juros CDI	(1.199.678)	(1.250.105)
			Posição Líquida Swap	(11.388)	(22.989)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.022.287)	(1.068.121)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar

Notas Explicativas

esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras trimestrais).

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(617.428)		(527.114)	(668.137)	(809.161)
Variação Dívida			90.314	(50.709)	(191.733)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	654.410	Alta Câmbio	564.096	705.119	846.143
Derivativos					
Variação			(90.314)	50.709	191.733
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(634.979)		(634.979)	(634.979)	(634.979)
Derivativos - Taxa de Juros CDI					
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	19.431		(70.883)	70.140	211.164
Total Líquido	(597.997)		(597.997)	(597.997)	(597.997)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do Dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de Dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar e euro spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$597.997 em ambos os casos.

Notas Explicativas

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras trimestrais):

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.111.509)		(1.111.509)	(1.111.509)	(1.111.509)
Variação Dívida			-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa		Alta do CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.188.290		1.188.290	1.188.290	1.188.290
Variação - Taxa de Juros			-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.199.678)		(1.199.678)	(1.387.744)	(1.604.016)
Variação - CDI + TJLP			-	(188.066)	(404.338)
Subtotal	(11.388)		(11.388)	(199.454)	(415.726)
Total Líquido	(1.122.897)		(1.122.897)	(1.310.963)	(1.527.235)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	740.648	Alta do CDI	92.581	115.726	138.872
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(634.979)	Alta do CDI	(79.372)	(99.215)	(119.058)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.531.232)	Alta do CDI	(191.404)	(239.255)	(287.106)
	(1.992.846)	Alta do IPCA	(55.800)	(69.750)	(83.700)
	(291.832)	Alta do TR	(1.197)	(1.496)	(1.796)
Subtotal ⁽²⁾	(4.450.889)		(327.773)	(409.716)	(491.660)
Total (Perdas)	(3.710.241)		(235.192)	(293.990)	(352.788)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de março de 2026 (12,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2025, IPCA 2,80% ao ano e TR 0,41% ao ano.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$19.589.

29. Benefícios pós-emprego

29.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados ao plano de saúde:

	Plano de saúde	Total	
		31/03/2025	31/12/2024
Total	18.726	18.726	18.118
Circulante	2.429	2.429	2.429
Não Circulante	16.297	16.297	15.689

29.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último

Notas Explicativas

aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

A contribuição da patrocinadora para os planos benefícios durante o período foi de R\$1.332 (R\$1.152 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2024 foi reconhecido crédito de fundo patronal no montante de R\$39 referente a migração de planos, registrados como recuperação de despesas.

29.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.
- Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No período findo em 31 de março de 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$6.437 (R\$7.590 em 31 de março de 2024). Inclui R\$77 (R\$99 em 31 de março de 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

30. Cobertura de seguros

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2025	31/12/2024
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.554	1.551
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	109	116
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	922	922
Auto – Frota	23/10/2025	Até 1.000/veículo	148	150
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	178.107	490	482
Transporte Nacional	30/07/2025	Até 5.000/ viagem	26	26
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	71	71
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética, cibernética	25/08/2025	50.000	215	215
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2026	10.000	576	586
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-RETA (Drones)	30/06/2025	1.158/drone	8	7
			4.119	4.126

Notas Explicativas

31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia ^(*)					
Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
2025 a 2054	978.346	1.297.987	1.174.154	1.117.336	14.170.382

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 31 de março de 2025, os mesmos, foram homologados pela ANEEL.

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2025	31/12/2024
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	119.785	496.517
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	67.340	138.572
Atividades operacionais		
Incorporação de rede	2.291	10.375
Fornecedores a prazo	49.467	52.100
Arrendamento Mercantil - IFRS 16	543	3.620
Atividades de investimentos		
Incorporação de rede	2.291	10.375
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	49.467	52.100
Intangível - IFRS 16	543	3.620

33. Eventos subsequentes

33.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril de 2025 e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

33.2. Reajuste Tarifário

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.441, de 08 de abril de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 08 de abril de 2025, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 1,33%.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico

CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2025.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 8 de maio de 2025.

Paulo Roberto dos Santos
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 8 de maio de 2025.

Paulo Roberto dos Santos
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MS